



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

**TERMO DE REFERÊNCIA
009/2026/SMSMTD**

**CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1. OBJETO

1.1. A aquisição será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, não havendo Registro de Preços vigente que contemple o objeto pretendido.

1.2. Tem-se como objeto a aquisição de veículo novo para atendimentos do Departamento de Iluminação Pública, conforme especificação técnica apresentada no Laudo Técnico nº 006/2026 e Requisição nº 003/2026, em anexo.

1.3. As quantidades, valores e aplicação encontram-se descritos no decorrer do processo.

1.4. Abaixo, especificação técnica do objeto.

Ite m	Qnt.	Un.	Especificação
01.	01	Un	Veículo novo, utilitário, tipo caminhonete, zero-quilômetro, ano e modelo mínimo 2026, cabine dupla, quatro portas, com capacidade para 05 passageiros, cor branca, cinza ou prata, com motor a gasolina ou flex, motor com capacidade volumétrica de 1.3 litros, mínimo 105 cv de potência, mínimo 6 marchas (5 à frente e 1 à ré), direção elétrica e/ou hidráulica, com rádio AM/FM e entrada USB e alto-falantes instalados, com ar-condicionado de fábrica, com air-bag, vidros elétricos, com tapetes, com protetor de cárter, garantia de 24 meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro. Com todos equipamentos exigidos pelo CTB. Com catálogo de peças e manual de orientação impresso em português.

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 3 (três) meses.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, alínea “a” Lei n.º 14.133/2021)

**CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de 01 (um) veículo automotor 0 (zero) quilômetro, tipo caminhonete**, destinado ao atendimento das demandas operacionais do Departamento de Iluminação Pública, conforme justificativas constantes na **Requisição nº 003/2026** e no **Laudo Técnico nº 006/2026**.

A necessidade da contratação decorre da imprescindibilidade de garantir a continuidade, eficiência e segurança dos serviços públicos de manutenção, instalação e fiscalização da rede de iluminação pública municipal, os quais possuem caráter



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

essencial, impactando diretamente na segurança da população, mobilidade urbana e qualidade de vida.

A aquisição de veículo 0 km justifica-se pela necessidade de:

- Garantir maior confiabilidade mecânica e redução de custos com manutenção corretiva;
- Assegurar disponibilidade contínua do serviço;
- Proporcionar maior eficiência operacional às equipes;
- Atender às normas de segurança e desempenho exigidas para atividades externas;
- Promover economicidade a médio e longo prazo.

Dessa forma, resta devidamente fundamentada a necessidade da contratação, demonstrando-se sua adequação ao interesse público, à continuidade do serviço essencial e à conformidade com a legislação vigente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na aquisição de 01 (um) veículo automotor 0 (zero) quilômetro, tipo caminhonete, de fabricação nacional ou importada, devidamente homologado pelos órgãos competentes, destinado ao atendimento das demandas operacionais do Departamento de Iluminação Pública, conforme especificações técnicas detalhadas no Laudo Técnico nº 006/2026 e Requisição nº 003/2026.

O veículo deverá atender às necessidades de deslocamento das equipes técnicas para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública, inspeções técnicas, atendimento a ocorrências emergenciais, transporte de ferramentas, equipamentos e materiais elétricos.

5.1. Características Gerais da Solução

A solução deverá contemplar:

- Veículo novo, 0 km, ano e modelo mínimo 2026;
- Primeiro emplacamento em nome do Município;
- Garantia mínima de fábrica de 24 meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro;
- Atendimento às normas ambientais e de segurança veicular vigentes;
- Entrega devidamente licenciado e pronto para uso.

5.2. Justificativa da Solução Escolhida

A aquisição definitiva do veículo mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, considerando:

- A necessidade de disponibilidade permanente para atendimento de demandas emergenciais;
- A economicidade no médio e longo prazo, em comparação com locação contínua;
- A redução de custos com manutenção corretiva recorrente, comuns em veículos antigos;
- A ampliação da eficiência e agilidade nos atendimentos à população.

A solução está alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. Resultados Esperados

Com a aquisição do veículo, espera-se:

- Redução do tempo de resposta às solicitações de manutenção;
- Melhoria na prestação do serviço de iluminação pública;
- Maior segurança para as equipes técnicas;
- Continuidade e regularidade na execução das atividades do setor.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os materiais e o serviço têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do Art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU FORNECIMENTO DE MATERIAIS

7.1. Os materiais deverão ser novos, não reconicionados, com garantia de qualidade quanto a defeitos de fabricação.

7.2. A contratada deverá:

7.2.1. Garantir as revisões conforme preconiza o manual do fabricante no período de garantia.

7.2.2. Entregar os veículos emplacados, com CRV expedido pelo DETRAN do respectivo Estado de entrega em acordo com o disposto no art. 116 da Lei nº 9.503/97 do CTB, bem como com todos os impostos, encargos, taxas, despachantes e outras despesas que se façam necessárias quitadas para realizar a transferência para a Contratante junto aos órgãos responsáveis, conforme preconiza regras do CONTRAN e DENATRAN.

7.2.3. Proceder à inscrição dos veículos no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), nos termos na Portaria 190/2009 do DENATRAN.

7.2.4. Seguir as exigências do laudo técnico expedido pelo Engenheiro Mecânico, constante nos anexos deste processo.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. LOCAL E HORÁRIO

8.1.1. Os materiais deverão ser entregues no **Departamento de Material, Patrimônio e Documentos - DMPD**, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br.

8.2. PRAZO DE ENTREGA

8.2.1. O prazo para entrega dos itens será de 60 (sessenta) dias, contados a partir do envio e confirmação de recebimento da Ordem de Compra com número do empenho.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceda a data da entrega, os motivos que possibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- e)** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, mantendo canal de relacionamento entre as partes, contratado e contratante, para dirimir dúvidas e/ou problemas que ocorrerem no decorrer do mesmo.

11. GARANTIA DO OBJETO

Durante a entrega, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para a Prefeitura Municipal de São Borja, a substituição do objeto que apresentar danos. A substituição deverá ocorrer no ato da entrega.

CAPÍTULO IV DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato ou a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. Atuará como gestor do contrato:

Nome: Dirceu Lopes Robalo

Cargo/Função: Coordenador de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança e Trânsito.

Decreto de Nomeação: 21.028/2025

12.6. Atuará como fiscal titular do contrato:

Nome: Daniel Scalão

Cargo: Diretor do Dep. de Serviços Urbanos e Vias Públicas

Decreto de Nomeação: 21.062/2025

12.7. Atuará(ão) como fiscal(is) substituto(s) do contrato:

Nome: Jesus Cristiano Batista



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

Cargo: Diretor do Departamento de Iluminação Pública

Decreto de Nomeação: 21.063/2025

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

**CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado terá como critério de aceitação para pagamento, o termo circunstanciado ou outro documento hábil que o substitua, assinado pelas partes envolvidas, após a vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, após o recebimento definitivo.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021,



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 30 (trinta) dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja/RS, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e liquidação da mesma pelo DMPD (Departamento de Material, Patrimônio e Documentos) e pela SMF (Secretaria Municipal da Fazenda), após aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho e por meio de depósito bancário.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

16.2. Por se tratar de aquisição imediata, bem como pela natureza do objeto, não haverá previsão de reajustamento do mesmo.

**CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Em razão da demanda apresentada através da Requisição nº 003/2026, a contratação será realizada através de Pregão Eletrônico, considerando que o objeto não compõe Ata de Registro de Preços vigente no Município e enquadra-se no Art. 6, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como critério de julgamento o menor preço.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF);
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral do objeto;
- c)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;
- g)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.2. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas decorrentes da logística de entrega da mercadoria no local indicado no **item 8.1.1**;

18.3. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total do objeto, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte do fornecedor.

18.4. AMOSTRA

(X) Não () Sim

18.5. DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (X) Sim

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1. Para fins de comprovação, a empresa deverá apresentar documentação relativa a regularidade de funcionamento da mesma, seja fiscal, trabalhista, bem como declaração, carta ou outro documento equivalente.

19.2. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

a) Comprovação de aptidão por meio de Certidão(ões) ou Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão do licitante para fornecimento de material compatível com o objeto da licitação, indicando o fornecimento satisfatório, o(s) produto(s) e os dados do emitente.

19.3. VISTORIA

() Sim (X) Não () Opcional () Obrigatória.

19.4. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

19.4.1. Para a execução do objeto, na excelência do seu atendimento, a CONTRATADA deverá observar todas as técnicas estabelecidas em normativas disponíveis no mercado, normas ambientais e/ou normas específicas da ABNT – NBR, bem como Normas internacionais consagradas; Legislação Federal e Distrital referente ao tema.

19.5. TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MES E EPPs

19.5.1. Não Se Aplica.

19.6. JUSTIFICATIVAS DAS VEDAÇÕES

Não poderão concorrer neste Pregão os interessados:

19.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL

forma da legislação vigente;

19.6.2. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

19.6.3. Que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

20.1. Valor conforme orçamentos de menor preço da Solicitação de Compra nº 58524 descritos abaixo, em anexo.

CUSTO DA CONTRATAÇÃO					
Item	Qt.	Unid.	Especificação	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
01.	01	Un	Renault Oroch Pro 1.6 2026	R\$ 127.000,00	R\$ 127.000,00
02.	01	Un	Strada Freedom Cabine Dupla 1.3 Flex 2026	R\$ 144.078,00	R\$ 144.078,00
03.	01	Un	Montana MT Turbo 141 CV Mod 2026	R\$ 136.420,00	R\$ 136.420,00
04.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 56.050.703/0001-89	R\$ 121.900,00	R\$ 121.900,00
05.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 94.089.398/0001-28	R\$ 126.900,00	R\$ 126.900,00
06.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 94.089.398/0001-28	R\$ 132.400,00	R\$ 132.400,00
07.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 94.089.398/0001-28	R\$ 139.000,00	R\$ 139.000,00
08.	01.	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 57.472.677/0001-40	R\$ 123.790,00	R\$ 123.790,00
09.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 03.968.287/0002-17	R\$ 162.092,00	R\$ 162.092,00
10.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 04.622.272/0001-84	R\$ 129.540,00	R\$ 129.540,00
11.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 38.156.041/0001-44	R\$ 198.900,00	R\$ 198.900,00
12.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 10.754.828/0001-99	R\$ 129.480,00	R\$ 129.480,00
13.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 94.089.398/0001-28	R\$ 131.815,00	R\$ 131.815,00
14.	01	Un	Orçamento do vencedor CNPJ 60.191.278/0001-15	R\$ 143.997,24	R\$ 143.997,24
Valor Médio da Aquisição (R\$).....					R\$ 139.093,73

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil e serão custeadas com recursos financeiros provenientes de RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO - LIVRE.

21.2. INFORMAÇÃO DAS DOTAÇÕES:

Órgão: 21 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Segurança, Trânsito e Defesa Civil.

Unidade: 02 - Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Programa: 103 - Desenvolvimento da Infraestrutura urbana

Projeto/Atividade: 2072 - Manutenção do Fundo Municipal de Iluminação

Elemento: 3.4.4.9.0.52.00.00.00

Recurso: 1751 - 1002

Reduzido da Dotação: 43108

Valor: R\$ 139.093,73 (Cento e trinta e nove mil, noventa e três reais e setenta e três centavos).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, MEIO AMBIENTE,
SEGURANÇA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL**

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

No entendimento do presente Termo de Referência apresentar os quesitos básicos para uma boa contratação, finalizamos.

Demais informações complementares, bem como dúvidas poderão ser sanadas junto ao Setor de Orçamento, bem como ao Departamento de Serviços Urbanos e Vias Públicas.

São Borja/RS, 24 de fevereiro de 2026.

Natanael Figueiredo Machado
Agente Adm. Auxiliar
Matrícula nº 147224

Ailson dos Santos Carvalho
Secretário da SMSMTD
Decreto nº 21.245/2025

☒ Defiro

☐ Indefiro

JOSÉ LUIZ RODRIGUES MACHADO
Prefeito de São Borja/RS